

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Inf **NEREU** AUGUSTO DOS SANTOS NETO

**A MULHER NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO**



Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Cel Inf **NEREU** AUGUSTO DOS SANTOS NETO

**A MULHER NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO**

Artigo Científico apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como Requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Cav Marcos **Souto** de Lima

Rio de Janeiro

2013

Cel Inf **NEREU** AUGUSTO DOS SANTOS NETO

## A MULHER NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO

Artigo Científico apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como Requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em \_\_\_ de outubro de 2013

### COMISSÃO AVALIADORA

---

Marcos **Souto** de Lima - Cel Cav - Dr. Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Wesley **Vannuchi** – Cel Art - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**Duílio** Paulo Silva de Miranda – Cel Art - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## RESUMO

A mulher vem marcando sua presença nos exércitos do mundo, em função de fatores que propiciam sua entrada nas organizações militares. Este trabalho pretende verificar as problemáticas da presença da mulher no combate, projetando a forma apropriada para a inserção feminina nas funções ligadas às operações de guerra, com o intuito de explorar o potencial feminino.

Assim, o estudo consolidou-se na questão: Quais são as áreas da Linha de Ensino Militar Bélico mais adequadas para habilitar o segmento feminino no sentido de ocupar cargos e desempenhar funções ligadas às tropas empregadas no combate?

O estudo foi dividido em duas etapas: a formulação do instrumento de coleta de dados e o processo de revisão de literatura. A primeira refere-se à obtenção de dados, junto aos Adidos Militares, sobre a atuação das mulheres nos exércitos de outros países. Na revisão bibliográfica, foi explorada: a legislação sobre o ingresso da mulher no Exército Brasileiro; os aspectos antropológicos das relações entre os gêneros; a mulher nos principais conflitos mundiais; as limitações fisiológicas feminina em combate e as características do Combatente Brasileiro.

Dessa forma, a investigação concluiu sobre as áreas do Ensino Bélico possíveis de serem ocupadas pela mulher.

Palavras-chave: bélico; feminino; ensino; mulher; combatente

## 1 INTRODUÇÃO

A mulher vem marcando sua presença nos exércitos dos diversos países do mundo, em função das peculiaridades dos seus costumes, culturas, ameaças e outros fatores que propiciam a entrada do segmento feminino nas organizações militares. Este trabalho pretende verificar as problemáticas da presença da mulher no combate, projetando a forma mais apropriada, em respeito as suas características, para a inserção do segmento feminino nas funções ligadas às operações de guerra.

A Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, instituiu o Sistema de Ensino do Exército, com a finalidade de qualificar recursos humanos para o desempenho de funções previstas nas Unidades Militares. Este instrumento legal prevê que as linhas de ensino dispõem sobre as áreas de concentração dos estudos e das funções militares, sendo divididas pelo regulamento da Lei, Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, em Linha de Ensino Militar Bélico, Científico-Tecnológico, de Saúde e Complementar.

O segmento feminino se faz presente em todas as Linhas de Ensino, exceto, até o momento, no Ensino Bélico. Esta Linha destina-se à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre, sendo, portanto, direcionada a ocupação de cargos e ao desempenho de funções mais ligada às ações de combate.

Por ocasião da proposta do projeto de lei (PL) que aborda os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, vários temas foram colocados em discussão para serem incluídos na referida proposta. Na oportunidade, o autor participou dos debates, particularmente, sobre a presença do segmento feminino nos cursos da Linha de Ensino Bélico, permitindo uma visão mais apropriada sobre a ocupação de cargos, por militares femininos, voltadas às ações de combate.

Após a sanção do PL, foi previsto, por meio do art. 7º da Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, o ingresso de candidatos do sexo feminino na Linha de Ensino Bélico, devendo sua entrada ser viabilizada em até 5 (cinco) anos.

De acordo com portal oficial do Exército, existem várias especializações desempenhadas pelos integrantes da Força Terrestre, abrangendo os mais diversos campos de atividades, e que, na maioria dos casos, define a carreira militar desses indivíduos. Ratificada pelas Leis nº 6.391, de 9 de dezembro de 1976, e nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, essas especializações são classificadas em Arma, Quadro ou Serviço. As Armas englobam os militares combatentes por excelência, tradicionalmente a atividade-fim da profissão, dividindo-se em dois grupos: as Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações). O Quadro de Material Bélico e o Serviço de Intendência reúnem os militares que desempenham as atividades de apoio logístico às operações militares.

Para a capacitação destas especialidades, a Academia Militar das Agulhas Negras (**AMAN**) é o estabelecimento do ensino bélico de nível superior que tem a responsabilidade de formar oficiais da ativa, futuros chefes militares, com a finalidade de prepará-los para ocupação de cargos e desempenho de funções ligados ao combate, por meio dos cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico.

A Lei de Ensino do Exército, no seu art. 17, faz menção às atribuições do Comandante do Exército no tocante a regular as linhas de ensino militar. Neste aspecto, infere-se a necessidade de normatizar, em especial, a Linha de Ensino Bélico em consonância com as áreas de atuação das especificidades ligadas às Armas, Quadro e Serviço, compatibilizando com as áreas das ciências militares, previsto na Portaria do Comandante do Exército nº 734 , de 19 de agosto de 2010.

Dessa forma, as razões para a realização do presente artigo respaldam-se na importante contribuição que a mulher pode agregar aos recursos humanos da Instituição, em função do adequado aproveitamento das características femininas nos cargos ligados ao combate, impulsionando os projetos estratégicos estruturantes do Exército, baseado nos processos de transformação institucional.

Sendo assim, o enfoque central do estudo consolidou-se na seguinte questão: “Quais são as áreas da Linha de Ensino Militar Bélico mais adequadas para habilitar o segmento feminino no sentido de ocupar cargos e desempenhar funções ligadas às tropas empregadas no combate?”

De acordo com a situação-problema formulada, o estudo em questão tem por objetivos:

- verificar as problemáticas encontradas pelo ingresso da mulher nas tropas empregadas no combate;
- verificar as peculiaridades fisiológicas femininas que podem limitar sua participação na linha de frente;
- levantar os casos históricos, nos principais conflitos mundiais, que retratam a participação da mulher combatente; e
- identificar a forma mais adequada de inserir a mulher na linha de ensino bélico, em consonância com os preceitos legais.

Aproveitando este momento transformador do Exército Brasileiro, este artigo tem a intenção de propor, em consonância com leis vigentes, as áreas da Linha de Ensino Bélico, mais adequadas, para a inserção do segmento feminino, com a finalidade de melhor capacitar os recursos humanos que atuam em proveito das tropas operacionais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Análise antropológica da mulher no combate

A Antropologia é a [ciência](#) que tem como objeto estudar a [humanidade](#) de maneira global, ou seja, abrangendo todas as suas dimensões, em especial no campo psicossocial. Neste contexto, o estudo da ação do homem e da mulher, seus comportamentos e as dificuldades de relacionamento apresentam inúmeros subsídios, particularmente, nos conflitos bélicos. Em consequência, a guerra transforma-se em um laboratório de análise privilegiado, com base no qual é possível descobrir mudanças e tendências comportamentais nos relacionamentos dos gêneros, desvendando, assim, os fatores que condicionam a admissão da mulher soldado.

Concatenado com esta ideia, FORESTER (2010) citado por Junior R.C. P. faz a seguinte afirmação:

Este século nos ensinou que nada dura muito tempo, nem mesmo os regimes mais 'concretados'. Mas também que tudo é possível na ordem da ferocidade. Ferocidade agora mais do que nunca capaz de desencadear sem freios; sabemos que com as novas tecnologias ela hoje dispõe de meios redobrados, perto dos quais as atrocidades passadas parecem apenas tímidos esboços.

No mundo moderno, os obstáculos colocados a impedir ou limitar o ingresso da mulher nas Forças Armadas pelo mundo já foram amplamente superados, conforme é demonstrado por D'ARAÚJO (2003), no quadro a seguir:

**Mulheres nas Forças Armadas nos países membros da OTAN**

<b>País membro da OTAN</b>	<b>Início da incorporação</b>	<b>% em relação ao total das FA do país</b>	<b>Número total em 2000</b>
Alemanha	2000	2.8	5.263
Bélgica	1977	7.6	3.202
Canadá	1951	11.4	6.558
Dinamarca	1946	5.0	863
Espanha	1988	5.8	6.462
Estados Unidos	1970	14.0	198.452
França	1951	8.5	27.516
Grécia	1979	3.8	6.155
Holanda	1988	8.0	4.170
Hungria	1996	9.6	3.017
Itália	2000	0.1	438
Luxemburgo	1987	0.6	47
Noruega	1985	3.2	1.152
Polônia	1999	0.1	277
Portugal	1988	6.6	2.875
Reino Unido	1992	8.1	16.623
República Tcheca	1985	3.7	1.991
Turquia	1955	0.1	917

Fonte: [www.resdal.org/...iones-miembros/redes-03-daraujo.pdf](http://www.resdal.org/...iones-miembros/redes-03-daraujo.pdf)

No Brasil, o segmento feminino seguiu a mesma tendência e tem ocupado importantes setores nas Instituições Militares. No entanto, as áreas ligadas diretamente as ações bélicas sofrem restrições quanto à participação da mulher nas funções ligadas ao combate.

A história da raça humana começou com a mulher exercendo o papel fundamental na evolução da espécie. Este aspecto influenciou sobremaneira a integração das mulheres no Exército, em função do fenômeno da violência ter crescido muito nos últimos conflitos, representado pelo número de mortos em curto espaço de tempo.

SOARES (2003) compartilha da mesma corrente de pensamento, mencionando:

Aqui, a relação homem-mulher apresenta-se em contraponto com a mãe e o guerreiro; aquela como agente de reprodução (logo geradora de vidas), e este como protetor e combatente (logo dador de vidas) [sic]. Parece assim haver missões sexualmente bem diferenciadas. Cai-se na visão estereotipada de que a aptidão da mulher para «dar a vida» implicaria forçosamente a sua inaptidão para «dar a morte». Este argumento conduz a que se defenda a sua não utilização em combate até porque, dada a referida função reprodutora, a mulher apresenta um peso maior na sociedade por contribuir para a preservação da espécie e para o potencial humano (com a geração dos filhos), esgotando-se aí a sua missão militar.

A despeito da concepção feminista de igualdade na relação entre os gêneros, das diferenciações fisiológicas, das prescrições legais no tocante à resguardar as mesmas oportunidades profissionais e dos interesses políticos, a exclusão da mulher das funções de combate esta ligada ao tratamento protetor e diferenciado que o homem-soldado, instintivamente, desfere a mulher-soldado pertencente ao seu grupo de combate, podendo comprometer a missão e a segurança coletiva.

As ameaças e as privações compartilhadas pelos homens-soldados inspiram o surgimento de um sentimento familiar, durante o combate. A presença feminina desperta a missão social masculina de guardião da família. Neste aspecto, **FERRARI** (1997) citado por Battistelli F. faz a seguinte assertiva: “ ... presença da mulher em combate continua a ser a hipótese de que ela possa ser feita prisioneira e violada”.

No entanto, este estudo verificou que a inserção da mulher no Exército tem agregado valor a qualidade dos recursos humanos das Unidades administrativas e operacionais, tendo em vista o bom desempenho feminino em certas áreas, ao ser comparada ao homem, como destaca **BATTISTELLI** (1999), a seguir:

Segundo um oficial do Exército, "Ninguém cuida de uma pessoa como uma mulher [ ... ] não é só uma questão da ligadura ou da medicação, basta pensar no que fizeram as mulheres da Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial". Afirma em tom lapidar um outro oficial: "Sempre foi assim: os homens fazem os feridos e as mulheres curam-nos".

Dessa forma, foi verificado, junto à literatura pesquisada, que os aspectos antropológicos da relação dos gêneros, no sentido de preservar a integridade física da mulher, calcado no seu papel social e tradicional de preservação da vida e da perpetuação da espécie, ainda, tendem a excluir a mulher do ambiente de combate.

## 2.2 A participação das mulher nos principais conflitos mundiais

VILLANUEVA (1999) citado por D'Eugenio M. H. ressalta que:

A ação dos homens e das mulheres, as identidades sociais dos gêneros, seus comportamentos, até mesmo seus motivos e dificuldades estão também condicionados pelas características dos conflitos bélicos e, em consequência, a guerra transforma-se em um laboratório de análise privilegiado, com base no qual é possível descobrir novas perspectivas das identidades, dos comportamentos, dos motivos de uns e outros.

Reforçando esta ideia, MIRANDA (2011) comenta:

Conta-se nos dedos na história da humanidade as mulheres que tiveram participação efetiva nas grandes guerras, e essa ausência sempre está relacionado com a preservação do sexo frágil e o cuidar da família, enquanto o homem viril e provedor, tinha por responsabilidade a sobrevivência e a proteção a essa mesma família.

Alinhado a esse comentário, VILLANUEVA (1999) afirma que:

A guerra coloca as sociedades em uma situação que se pode chamar 'limite', significando extrema, polarizada, na extremidade ou no limite da vida e da morte, no estado de risco extremo e em condições de limitação da liberdade e de toda uma série de possibilidades da vida social. Por isso, é muito coerente que as diferenças entre as pessoas, os coletivos e os grupos se acentuem, ou mesmo, se polarizem, já que a guerra é um exemplo de polarização social total”.

Neste caso, pode-se resumir que as guerras afetam a ação social das pessoas (homens e mulheres) e, conseqüentemente, agem num ambiente de extrema polarização social, condicionando a escolher uma das partes envolvidas no conflito, rejeitando a posição de neutralidade. Outra característica da guerra é a possibilidade do uso da violência contra a população civil ou contra as mulheres especificamente, chegando a considerar como uma arma de guerra psicológica.

Na história dos conflitos bélicos, encontramos a presença da mulher mais nas ações de guerrilha, onde descaracterizada da posição de combatente convencional transita com maior segurança pelas tropas inimigas, conforme salienta PANOS INSTITUTE (1995), citado por Villanueva (1999):

Havia uma equipe de mulheres guerrilheiras antitanques. Colocávamos explosivos de relojoaria em fixas [sic] de ervas para matar os brutais agressores, pela sua barbárie. Colocávamos lamina cortante em uma cesta e explorávamos o caminho sempre patrulado pelo inimigo [...] as guerrilheiras se comportavam de dia como mães e irmãs e quando chegava a noite destruindo seus postos. (p.219-20)

Neste contexto, a Guerra do Paraguai, a 1ª Guerra Mundial, a 2ª Guerra Mundial e a Guerra do Golfo são os conflitos que serão utilizados para abordar o comportamento da mulher no combate.

Na Guerra do Paraguai, as mulheres tiveram forte presença no campo de batalha, atuando de maneira peculiar no teatro de operações, como pode ser observado no trecho:

Tanto as tropas paraguaias como as brasileiras eram acompanhadas por um verdadeiro exército de mulheres. Esposas, prostitutas, companheiras, mães, que se alimentavam das sobras de seus companheiros, cozinhavam, lavavam, cuidavam dos feridos, abrigavam-se em barracas, distribuíam solidariedade humana, sendo por vezes até maltratadas pelos maridos. Combatiam e morriam esquecidas. As

vivandeiras e andarilhas seguiam a tropa, vendendo víveres e bebidas. **(PASCAL, 2007).**

No ataque paraguaio ao Forte Coimbra, as esposas de militares brasileiros, em sua maioria, fabricaram balas de fuzil, mostrando que, apesar das limitações físicas para o combate, elas atuaram de maneira eficiente na logística do combate, como no relato a seguir:

Estas mulheres não tinham medo de coisa alguma. Iam às linhas avançadas mais perigosas, levar a comida aos maridos. Nas linhas mais encarniçadas de atiradores, via-se estas infelizes se aproximarem dos feridos, rasgarem suas saias em ataduras, para lhes estancarem o sangue, montá-los na garupa de seus cavalos e conduzi-los em meio à balas, para os hospitais. **(Dionísio Cerqueira, 1948, p.3, citado por Pascal M. A. M).**

Ao fim da guerra, as mulheres exerceram papel importante na reconstrução do Paraguai, pois sua população masculina fora, em grande parte, dizimada na luta. Já, as viúvas dos soldados brasileiros enfrentaram obstáculos para obter as pensões que tinham direito, solucionada por Floriano Peixoto, em 1893, amparando as famílias dos militares. Esta passagem da história materializa que a decisão de afastar a mulher da linha de frente permite, apesar dos destinos cruéis da guerra, resguardar e perpetuar o crescimento da estrutura familiar, base da integridade nacional.

A Primeira Guerra Mundial ficou conhecida como “a mãe de todas as batalhas” pela sua imensidão e suas consequências, que são percebidas até hoje. No início da guerra, os homens deixaram seus empregos para irem à guerra no intuito de defenderem sua pátria e, com isso, as fábricas foram obrigadas a fechar. Ao tomar grandes proporções, o conflito tornou imprescindível a abertura de fábricas para a produção de comidas, roupas e armamentos, suprimindo as carências da contenda. Porém, com a falta de mão de obra, a solução adotada foi a convocação das mulheres para ocuparem esses cargos. Assim, as mulheres desempenharam funções que possibilitaram a dar um suporte logístico às tropas combatentes, influenciando, mais tarde, a sua presença no teatro de operações e o surgimento dos movimentos feministas.

Durante a 2ª Guerra Mundial (2ª GM) esse quadro começou a mudar, a mulher se aproximou do “front” com funções específicas no esforço de guerra, mas ainda longe de participação como combatente ativo.

Os Estados Unidos e os países aliados da Europa, para cumprir as metas de produção de guerra, admitiram a mulher nos postos de trabalho, como nas fábricas da Ford, em substituição aos homens destinados ao combate. Na frente de combate, as mulheres são incorporadas à tropa, como enfermeiras, oficiais de saúde, tropas especialistas para prover a retaguarda com o apoio logístico, sendo criado, durante a guerra, vários quadros e graduações de militares do sexo feminino.

No início da 2ª GM, as mulheres alemãs não foram envolvidas no suporte logístico da máquina de guerra, em razão da ideologia nazista para a continuação da raça ariana. Com a necessidade de mobilizar os postos de combate com militares do sexo masculino, as alemãs foram obrigadas a

ocupar funções antes desempenhadas pelos homens, na manutenção diária do país e nas organizações de apoio ao combate.

Em momentos diferentes da 2ª GM, as mulheres foram colocadas como último recurso, com a finalidade de defender a própria sobrevivência do país e de integrar os movimentos de resistências. Na Inglaterra, por exemplo, as mulheres foram treinadas para a defesa de sua terra contra a invasão alemã, organizadas em grupos de combates a incêndio e de socorro às vítimas dos bombardeios.

A União Soviética foi o único país que oficialmente recrutou a mulher para as funções de combate, com a finalidade de completar os claros deixados pelas inúmeras baixas infringidas pelos alemães. No entanto, a presença feminina no Exército Vermelho não se limitava às necessidades de combate, mas constituía-se em elementos de propaganda ideológica, como se pode observar:

No início, Stalin tentaria ao máximo afastar a mulher de encargos do esforço de guerra – tal razão por concepções próprias em relação à mulher e sua posição social, entretanto, os ideais marxistas de igualdade de direitos e deveres prevaleceriam e as mulheres poderiam se alistar para o combate. Apesar de a mulher ter um papel difícil e muitas vezes renegado na sociedade soviética, seu empenho e ideais patrióticos acabaram levando-as para a guerra. (Mello, 2012).

MELLO (2012), também, realçou que; “ É importante observar que o governo soviético por diversas vezes manipulava fotografias do período para utilizá-las em campanhas e propagandas, principalmente contra os alemães.”

Após a 2ª GM, vários instrumentos jurídicos internacionais surgiram em defesa dos direitos da mulher, observados na carta das Nações Unidas, na declaração Universal de Direitos Humanos, na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, entre outros documentos. No entanto, estas legislações não amparam a mulher na condição de combatente, seguindo, desta forma, o previsto nas Convenções de Genebra e no Protocolo Adicional.

A Guerra do Golfo foi um conflito bélico marcado pelo avanço tecnológico, ao ser comparado com as guerras anteriores. As mudanças tecnológicas e a própria natureza da guerra tornaram imprecisas as linhas da frente de combate. O governo americano não permitiu que mulheres participassem diretamente do combate, a partir de 1994, na infantaria, artilharia e unidades blindadas. Porém, o Presidente Obama assinou a lei que prevê o retorno da mulher para as funções de combate nas Forças Armadas, a contar de 2016.

O New York Times, em 2012, divulgou, por meio do Portal da UOI, uma pesquisa apontando que as mulheres estão mais sujeitas aos stress de combate.

SETTI (2012) reforça esta informação pela divulgação da entrevista da Capitã Fuzileiro Naval dos EUA, Katie Petronio, criticando a colocação da mulher em combate. Nesta entrevista, a oficial americana afirma que a anatomia da mulher não foi feita para as atividades envolvendo as operações de infantaria, causando sérios danos físicos. A referida oficial aborda, ainda, as pressões

políticas do Congresso, por intermédio do Comitê Consultivo de Defesa para Mulheres, em prol da integração feminina no Corpo de Infantaria.

O grande avanço tecnológico transferido para o campo de batalha tem transformado as guerras do séculos XX e XXI em verdadeiras catástrofes humanas. Neste cenário, o combate tem exigido contínuo preparo dos soldados e exercido forte pressão psicológica no combatente. Dessa forma, a inserção da mulher na linha de ensino bélico deve ser cercada de minuciosa pesquisa, sem deixar se levar pelos ideais políticos, pois seus efeitos colaterais poderão causar danos familiares irreversíveis.

### 2.3 As características fisiológicas femininas e suas limitações

Pastore e Neiva (1998) revelam que: "As descobertas sobre as diferenças fisiológicas entre mulheres e homens devem mudar a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de diversas doenças – especialmente no caso delas."

Neste sentido, existe respaldo nas alegações da oficial americana que participou das operações no Iraque e Afeganistão, exposta adiante:

Eu posso dizer, com base na minha experiência pessoal direta no Iraque e no Afeganistão, e não é apenas uma impressão, que nós ainda não começamos a analisar e a compreender as questões específicas de saúde do gênero e os danos físicos nas mulheres por causa de contínuas operações de combate. **(SETTI, 2012, op. cit. pg 8).**

As características fisiológicas entre homens e mulheres apresentam diferenças, possibilitando aos gêneros ter desempenho melhor que o outro em função da suas características específicas. Assim, pode ser observado que a maioria das competições desportivas olímpicas respeitam essas diferenças e resguardam os gêneros para os embates com adversários do mesmo sexo.

A pelve da mulher é mais larga e redonda que a dos homens, levando a anteriorização do plano criado entre o fêmur e a tibia (chamado ângulo Q), resultando maior predisposição às lesões na articulação fêmoro-patelar. A diminuição da distância intercondilar do joelho é favorável à lesão do ligamento cruzado anterior (LCA). A disposição angular dos braços e pernas em consonância com o desenho anatômico da pelve propicia a mulher desvantagem biomecânica em relação ao homem, em consequência, possui posição desfavorável nos exercícios de forças. Assim, nas operações de combate continuado e nos treinamentos extenuantes, a mulher é muito mais exigida que o homem, em razão das particularidades das suas valências físicas, correndo o risco de lesões físicas de caráter irreversível, como o desenvolvimento da síndrome do ovário, tornando-a estéril.

Em 1993, o Colégio Americano de Medicina Esportiva detectou um quadro de sinais e sintomas nas mulheres de esportes mais extenuantes, a Tríade da Mulher Atleta. O excesso na prática de exercícios muito intensos pode trazer irregularidade no ciclo menstrual, detectado pelo

sistema nervoso central que controla a produção de vários hormônios (Hipotálamo), podendo comprometer a fertilidade da mulher. Tal situação pode ser projetado para os intensos treinamentos para o combate.

#### 2.4 A participação do segmento feminino nos Exércitos de outros países

Neste item, será abordado os principais aspectos que ressaltam a participação do segmento feminino nos Exércitos das Nações Amigas. Tais informações foram prestadas pelos Adidos Militares. Cabe salientar que a Rússia e os Estados Unidos já foram alvo de citação em outro item.

Na América do Norte, o México apresenta a estrutura dividida em armas bases (combate) e serviços (apoio ao combate e administrativo) e Corpos Especiais. A presença da mulher no Exército foi devido à baixa inscrição masculina para o sistema educativo militar, chegando aos 7% e sendo restrita a sua participação nas armas bases. As maiores diferenças entre os gêneros é a adoção de teste físico diferente e licença a maternidade. A dificuldade no projeto de adaptação é acompanhada por órgão da Defesa que propõe melhorias ao programa.

Na América Central, a Guatemala e El Salvador foram os países pesquisados. Os países possuem segmento feminino na sua estrutura organizacional, ficando restrito o acesso às armas bases na Guatemala e às Forças Especiais em El Salvador. Em relação ao plano de carreira, ambos apresentam oportunidades iguais para os gêneros. As diferenças de tratamento para ambos são os testes físicos e a licença a maternidade, gozando dos mesmos critérios ao passar para reserva. As dificuldades de adaptação foram a falta de confiança inicial dos superiores, os impactos da transferência na família e os desafios culturais da convivência entre homens e mulheres. As soluções propostas foram a melhoria nas instalações, normas orientando o comportamento e classificação em OM próximo das residências.

Na América do Sul (Argentina, Equador, Peru, Chile, Uruguai, Guiana, Suriname, Venezuela e Paraguai), as oportunidades entre mulheres e homens são iguais. À exceção da Argentina, do Uruguai e da Venezuela, os demais países Sul americanos restringem o acesso do segmento feminino nas armas combatentes. No entanto, a presença da mulher nos Exércitos é verificada em todos os países, particularmente nas especialidades de apoio ao combate e da administração. As diferenças entre os gêneros observa-se nos testes físicos, na licença maternidade, nos limites de idade e uniforme. As dificuldades de adaptação são os parâmetros culturais, as instalações inadequadas, a falta de preocupação com a unidade familiar (Venezuela), a inexistência de normas específicas (Suriname) e a proibição de movimentação de mulheres para OM distantes por receio da violência sexual (Peru).

Nos países africanos (Moçambique, Nigéria, Egito e África do Sul), a presença da mulher nas armas voltadas para o combate só foi empregada por Moçambique e Nigéria. As oportunidades na

carreira são idênticas para homem e mulher dentro das especialidades. Os países comungam das mesmas diferenças de tratamento diferenciado no tocante ao teste físico, licença a maternidade e idade limite. Principais dificuldades de ingresso da mulher nas instituições militares são a falta de infraestrutura e os aspectos culturais (Força Armada é tarefa de homem).

Na Ásia (Israel, Japão, Índia e Indonésia), os países reservam as mesmas oportunidades no plano de carreira para ambos os sexos. Eles impõem restrições às funções de combate, dentro dos critérios de entendimento de cada país e de suas necessidades. Israel restringe a presença da mulher na Infantaria, Blindados e Forças Especiais, sendo o tempo de serviço militar diferenciado (3 anos para os homens e 2 para as mulheres).

Nos países europeus (França, Alemanha, Polônia, Espanha e Portugal), todos permitem o acesso da mulher às especialidades de combate, atendendo o conceito de igualdade entre os sexos fixado pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Os planos de carreira são os mesmos. As diferenças entre os gêneros orbitam nos testes físicos, nas licenças de maternidade e na medida disciplinar em caso de violência contra a mulher (Espanha).

## 2.5 As principais características do Combatente Brasileiro

O combate da atualidade obriga o militar a estar preparado para enfrentar as operações altamente descentralizadas, pois as largas frentes de combate, os meios disponíveis, a capacidade de reação do inimigo e o intenso emprego de meios eletromagnéticos induzem o militar a trabalhar com métodos e instrumentos mais versáteis. Assim, o soldado moderno deve desenvolver, como habilidade importante durante a formação, a capacidade de decidir de forma rápida e em situações variadas, destacado pelo seguinte comentário:

Mais do que a capacitação para o exercício dos cargos e funções, a formação profissional deve possibilitar o desenvolvimento de sujeitos flexíveis, abertos a novas ideias, conscientes de suas potencialidades, de seus direitos e deveres, sempre tendo como pressupostos valores essenciais à vida militar. **(SCHAFFEL, 2000, P.16)**

A equação homem-guerreiro é operacionalizada por meio de um modelo em que os parâmetros físicos e o ideal de virilidade adquirem relevância. Ao longo da história, a guerra constituiu uma atividade exclusivamente masculina, sendo frequentemente utilizada como uma evidência empírica dessa ligação.

Para um número significativo de oficiais, o ingresso indiscriminado do segmento feminino pode constituir um perigo para a prontidão militar, pois consideram que as Forças Armadas não podem ser utilizadas como um laboratório de experimentação para inverter índices de desigualdades sociais, focando sua função principal nas missões constitucionais, como pode se observado nas características da vida militar destada adiante:

Tradicionalmente, a vida militar tem sido associada a risco, alta mobilidade geográfica, separação temporária da família, necessidade de praticar a violência, exposição a perigos, treinamentos intensivos, disciplina férrea, exercícios físicos pesados, solidez moral e obediência profissional acima de qualquer direito ou dever pessoal. (D'ARAÚJO, 2003).

A atividade de combate requer intensa preparação que, se desprezada, pode gerar graves sequelas físicas e irreversíveis. Nesta ótica, as especificidades entre os gêneros devem ser consideradas em uma missão de alto risco, com a finalidade de identificar as áreas mais adequadas desempenhadas por homens e mulheres.

O Exército Brasileiro, para atender as suas necessidades ao longo da história, incorporou as mulheres vocacionadas para as atividades de apoio ao combate e de administração. Hoje, para o desempenho destas atividades (apoio e administração), o segmento feminino pode ser inserido nas linhas de ensino de saúde, científico tecnológico e complementar.

Na linha de ensino bélico, o ingresso da mulher sofre restrições, em função das ações próximas ao combate requererem atributos já comentados neste trabalho, que contraindicam a presença da mulher no combate. No entanto, o Quadro de Material Bélico e o Serviço de Intendência são áreas da Linha de Ensino Bélico ligadas ao apoio logístico e administrativo, que merecem ser estudadas no sentido de explorar o potencial feminino em áreas tão importantes, como foi ressaltado no Portal do Exército Brasileiro:

A assertiva do imperador francês Napoleão Bonaparte “Os exércitos marcham sobre seus estômagos” ganhou roupagem nova na guerra moderna de armas tecnologicamente sofisticadas.

Na verdade, podemos afirmar que, conforme têm demonstrado os conflitos recentes, “os exércitos marcham sobre seu apoio logístico.

Isto posto, a despeito dos aspectos desfavoráveis mencionados no tocante à atuação da mulher nas tropas de primeiro escalão, o segmento feminino possui características ímpares que podem canalizar a sua vocação às áreas logísticas de apoio ao combate pertencente à Linha de Ensino Militar Bélico.

### **3. METODOLOGIA**

O estudo foi dividido em duas etapas: a formulação do instrumento de coleta de dados e o processo de revisão de literatura. A primeira refere-se à obtenção de dados junto aos Adidos Militares do Brasil sobre a atuação das mulheres nos exércitos do mundo, particularmente no tocante à participação feminina no combate. No processo de revisão bibliográfica, foi explorado por este estudo: a legislação versando sobre o ingresso da mulher no Exército Brasileiro; os aspectos antropológicos das relações entre os gêneros que influenciam, diante da presença da mulher no ambiente de guerra, as ações de combate das tropas operacionais; a participação da mulher em

combate nos principais conflitos mundiais; as peculiaridades e limitações fisiológicas da mulher em comparação com homem e as principais características do Combatente Brasileiro em operações militares convencionais.

Essa segunda etapa do trabalho desenvolveu-se fundamentada em uma pesquisa bibliográfica documental, que utilizou as seguintes técnicas: levantamento da bibliografia e documentos pertinentes; seleção da bibliografia e dos documentos; leitura analítica da bibliografia e dos documentos selecionados; fichamento; análise crítica e consolidação das questões de estudo.

A coleta do material foi realizada por intermédio de consulta à literatura adquirida pelo pesquisador, às bibliotecas da ESG (Escola Superior de Guerra), do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (BIE), e de outros estabelecimentos de ensino de nível superior, bem como por meio de acesso à Internet e literatura de propriedade do pesquisador.

Nessa oportunidade, o trabalho em questão procurou verificar as problemáticas do ingresso do segmento feminino no curso de formação de carreira de oficial do exército da Linha de Ensino Bélico, em função dos aspectos que envolvem a qualificação da mulher para a ocupação dos cargos ligadas às áreas que operam diretamente no combate.

Fruto dos dados obtidos, esse processo investigatório procurou identificar as limitações ou desafios a serem enfrentados pela sociedade no sentido de possibilitar o ingresso da mulher nas funções que atuam no primeiro escalão de combate.

Diante do cenário apresentado, o estudo aponta uma linha de ação mais adequada a ser adotada no tocante ao processo de inserção da mulher nas áreas da Linha de Ensino Militar Bélico. Tal proposta tem por objetivo aproveitar o momento do processo de transformação do Exército e permitir a entrada do segmento feminino em áreas da linha bélica, com o propósito de empregá-la nas atividades operacionais, sem sofrer os efeitos colaterais causados pelo preparo operacional ou pelas ações de combate na linha de frente, em decorrência dos aspectos fisiológicos, sociais, psicológicos e antropológicos que pairam ao redor do ser feminino.

Seguindo estas ideias, foram descritos: como o estudo foi delineado, o processo de seleção de sujeitos e da instituição; a instrumentação do questionário e os tratamentos estatísticos.

Um estudo de caso de caráter descritivo foi aplicado no processo investigativo, tendo como base uma pesquisa de campo, junto aos Adidos Militares, no sentido de obter subsídios referente à presença das mulheres nos exércitos dos diversos países e sua participação nas atividades operacionais de combate.

TRIVIÑOS (1987) informa que “um estudo de caso é também determinado, pelos suportes teóricos que os sustentam. Neste caso, este estudo será calcado, parcialmente, em um enfoque histórico, observando-o na sua evolução, e nas relações estruturais que o fundamentam”.

A partir das questões e objetivos colocados para esta pesquisa, poderá ser levantado o seguinte questionamento: “Quais são as áreas da Linha de Ensino Militar Bélico mais adequadas para habilitar o segmento feminino no sentido de ocupar cargos e desempenhar funções ligadas às tropas empregadas no combate?”

É nesta perspectiva que o referencial teórico foi configurado, considerando-se os aspectos inerentes à presença da mulher nas tropas que atuam no combate e da existência de limitações que comprometam as ações do segmento feminino na frente de combate. Trata-se, agora, de se indicar os procedimentos usados neste estudo.

As hipóteses que motivam buscar responder a situação-problema deste estudo, podem ser apontadas pela discreta presença feminina nos principais conflitos mundiais, pela proibição do ingresso da mulher nas tropas de combate, pelas limitações fisiológicas da mulher no combate e pela existência de áreas da Linha de Ensino Militar Bélico que a mulher pode atuar.

O critério adotado para a seleção dos sujeitos foi fruto da experiência do pesquisador na área investigada, do estudo realizado sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército e das informações prestadas pelos Adidos Militares no exterior. Embora alguns países deixassem de prestar informações ou fizeram de forma incompleta, o detalhamento das informações e a maturidade dos respondentes foram aspectos que contribuíram para a garantia de qualidade e das respostas dos questionários, fornecendo elementos suficientes para a análise e a obtenção de resultados.

Dos 27 (vinte e sete) países consultados, dois não prestaram informações sobre o assunto, sendo obtidas informações por meio de pesquisa bibliográfica. Neste caso, a amostra representativa considerada deste estudo foi de 25 (vinte e cinco) países. Estes países foram distribuídos da seguinte forma:

- América do Norte: México;
- América Central: El Salvador, Guatemala;
- América do Sul: Argentina, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela;
- Europa: Alemanha, Espanha, França, Polônia e Portugal;
- África: África do Sul, Egito, Moçambique, Nigéria; e
- Ásia: Israel, Índia, Indonésia e Japão.

TYLER (1981) acrescenta que “o questionário é um meio útil de se coletar informações que o discente não hesita em fornecer”.

RICHARDSON (1991) corrobora, ao explicar que “o questionário apresenta uma série de vantagens, como instrumento de coleta de dados”.

As informações contidas no questionário respondidos pelos Adidos Militares foram obtidas junto à 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (1ª Sch/EME) que trabalhou no projeto de lei versando sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, sendo de grande valia para o presente trabalho.

Uma padronização dos dados passados pelos Adidos Militares foi buscada, em função da heterogeneidade da estrutura militar dos países envolvidos no processo investigativo. Assim, foi adotada uma classificação pela área de atuação do segmento feminino na instituições militares para mapear a presença da mulher nas atividades de combate, da seguinte forma: a mulher combatente, a mulher não operacional (engloba as ações de apoio ao combate e administrativas) e a exclusão da mulher das Forças Armadas.

No mencionado questionário, foi adotada uma pergunta central: **“Qual a participação do segmento feminino no exército de tal país?”**. A partir desta indagação, os dados solicitados foram canalizados para os seguintes assuntos: plano de carreira que a mulher tem acesso; as especialidades que podem frequentar na linha de ensino bélico e em outras áreas; principais diferenças de tratamento entre segmento masculino e feminino; avaliação sobre a entrada da mulher no exército; medidas tomadas durante a transição ou adaptação; diferenças para designação para os postos nas OM (operacionais/não operacionais, na frente de combate/na retaguarda, etc...); principais dificuldades; e soluções encontradas e o impacto sobre a vida familiar.

O Tratamento Estatístico consistiu em se caracterizar o universo amostral pesquisado. Uma vez que os dados quantitativos do presente estudo são, em sua natureza, discretos (quantificação através do sistema de contagem), utilizou-se a distribuição de frequência, como meio de quantificar e de organizar as respostas coletadas pelo questionário.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta etapa, são apresentados e analisados os dados coletados durante a pesquisa que resultou no presente artigo, conforme aparecem na sequência das hipóteses, de acordo com a análise estatística das afirmações, contextualizadas pelas informações colhidas no referencial teórico.

A seguir, são apresentadas os dados informados pelos Adidos Militares no exterior, segundo uma análise pessoal e contextual. A estatística serviu de apoio ao estudo, tendo em vista que, como linguagem moderna, ela é capaz de interpretar e entender os novos processos e de manejar os dados reais quantificáveis.

DEMO (2000) afirma que a estatística é utilizada como propedêutica nos estudos filosóficos, ou seja, como instrumento para criticar-se a ciência e o conhecimento metodológico, e, “para posicionar-se na história do saber e nas polêmicas de suas correntes e superações” (p. 228).

Diante da pergunta central e de posse das respostas aos questionários, buscou-se tabular os dados e obtiveram-se os resultados expostos a seguir.

No plano de carreira, pode ser observado que a mulher está presente em todos os exércitos pesquisados e que cerca de 72%, 18 (dezoito) dos países investigados, afirmam que as mulheres podem ascender a todos os postos da carreira de oficial (na Índia, a mulher só pode ser oficial). Neste caso, a discriminação entre os gêneros vem reduzindo cada vez mais, fruto da atuação intensa dos organismos mundiais em defesa da mulher e da igualdade entre os gêneros, prevista na maioria das cartas magnas dos países democratizados. Conforme apresentado nas fontes pesquisadas, a igualdade entre homens e mulheres nos países socialistas assumem outra dimensão, pois estão embutidos nos conceitos ideológicos de tomada e manutenção do poder político. Cabe salientar que, na atualidade, o Brasil segue a mesma linha de oportunidades iguais no plano de carreira, pois a mulher se faz presente em todas as linhas de ensino militar do Exército, exceto o ensino bélico. No entanto, os resultados se modificam ao considerar que as mulheres não tem acesso a carreira das armas ligadas diretamente ao combate.

Usando os parâmetros estabelecidos na metodologia - a mulher combatente, a mulher não operacional e a ausência da mulher nas Forças Armadas - a análise da presença da mulher nas especialidades da linha de ensino bélico aponta que 56% dos países pesquisados excluem a mulher das especialidades voltadas para o combate, em função dos seguintes fatores: limitações fisiológicas da mulher em combate, dos prejuízos a estrutura familiar, do efeitos colaterais do treinamento na mulher, da preservação dos preceitos humanísticos em detrimento aos ideais políticos de igualdade. Mesmo nos países onde as mulheres são combatentes, pode ser verificado momentos de afastamento das mulheres das funções de combate, como na Guerra do Golfo, na Guerra de Independência de Israel e a proibição de integrar as Legiões Francesas. Hoje, diante das pressões sociais e dos organismos internacionais, os países membros da OTAN permitiram a entrada da mulher nas armas diretamente relacionadas ao combate. Cabe destacar que a mulher foi inserida no Exército de todos os países pesquisados, atuando em áreas não operacionais ou de apoio ao combate, com sucesso marcante na área de saúde.

A pesquisa estabelece que, nas diferenças de tratamento entre segmento masculino e feminino, todos os países investigados, à exceção de Moçambique, apresentam algum tipo de tratamento diferenciado entre os gêneros. Os principais pontos mencionados foram os índices inferiores para as mulheres nos testes físicos, a concessão de licença a maternidade, a maior tolerância nos períodos de menstruação ou de amamentação. Neste aspecto, as mulheres combatentes podem prejudicar as

tropas operacionais, em função de seu longo afastamento, principalmente, ao exercer função de comando. Outro aspecto que pode ser mencionado é o cuidado com a integridade física da mulher, em função da particularidade feminina durante o ciclo de menstruação que pode provocar perigosas hemorragias, fruto da necessidade do comandante da fração ser referência para sua tropa, conforme orienta os manuais de liderança.

A pergunta seguinte questiona os impactos na vida familiar do militar feminino e as oportunidades de melhoria do processo de adaptação. Pode-se observar que 56% dos países pesquisados indicam que os critérios de movimentação são iguais. Destaca-se na Venezuela a falta de preocupação com a integridade familiar, por ocasião das movimentações, aumentando os índices de divórcios.

Algumas características relacionadas com a fisiologia das mulheres (menstruação, menor força muscular, gravidez, entre outras) são apontadas como limitação à capacidade feminina no desempenho de tarefas militares que exijam vigor físico, impondo tabelas e critérios diversos nos testes físicos, bem como programas de treinamento específicos.

Nota-se a importância da lisura deste trabalho, considerando que muitos militares homens consideram que as mulheres obtêm uma vantagem injusta com tabelas diferenciadas, principalmente em ambientes altamente competitivo, como é o caso das escolas militares, onde os resultados obtidos influenciam geralmente o futuro profissional dos indivíduos.

No domínio psicossociológico verifica-se a possibilidade da ocorrência de efeitos destrutivos nas unidades e coesão de grupos masculinos decorrentes da presença da mulher, praticamente desconhecidos nas fileiras, como por exemplo, ciúme, complicações sentimentais envolvendo pessoas de diferentes postos e graduações. Tudo colocando à prova a disciplina e a hierarquia, que são valores fundamentais da instituição militar.

Outro aspecto a ser resolvido é a verificação da existência de áreas na Linha de Ensino Bélico que a mulher pode atuar, sem estar submetida aos fatores negativos das especialidades ligados ao combate direto. Primeiro aspecto a ser levantado é o amparo legal, em função do art 7º da Lei de Ingresso das Escolas de Formação do Exército: pode-se limitar, no ensino bélico, o ingresso da mulher por área de atuação? Sim. Esta situação é possível, em função da atribuição legal do Comandante da Força de regular as linhas de ensino, de acordo com previsto na Lei de Ensino do Exército. Assim, o Material Bélico e a Intendência apresentam-se como áreas mais adequadas ao ingresso da mulheres na linha bélica.

## 5. CONCLUSÃO

Do estudo realizado, pode chegar à conclusão que existem áreas, na Linha de Ensino Militar Bélico, possíveis de serem ocupadas pelo segmento feminino no sentido de ocupar cargos e desempenhar funções ligadas às tropas empregadas no combate.

Esta afirmação torna-se verdadeira à medida que várias características fisiológicas e psicológicas da mulher contribuem negativamente para o desempenho feminino nas ações de combate; o espírito protetor do homem em prol da figura mulher-mãe, desvia a sua atenção das missões; o sentimento protetor do homem em relação à mulher compromete o desempenho coletivo; desperta o sentimento afetivo que desestrutura o espírito de corpo da tropa e impacta a vida familiar. Estes aspectos podem provocar o afastamento feminino da sua fração de combate, comprometendo o emprego operacional da fração.

Essa identificação do modelo masculino dominante com a própria definição de soldado acarreta amplas consequências na construção de identidades pessoais e profissionais no mundo militar. Essa especificidade produz impacto significativo, tanto em termos de constrangimentos, como das condições para uma “qualificação” da presença feminina.

Certamente a preparação dos efetivos masculinos ajudará a superar as tensões que não podem ser superadas “por decreto”, proporcionando uma adaptação que supere eventuais problemas vividos pelas mulheres tais como, pressões no desempenho, isolamento social, assédio sexual, entre outros.

Rui Barbosa, citado por Sanches (2012), destaca: “Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho.”

O grande problema, no entanto, reside em se estabelecer o que é ser igual e em como direcionar essa igualdade, na medida em que as pessoas são *fisicamente* (naturalmente) desiguais.

Sendo assim, fruto da experiência de outros Exércitos, a entrada da mulher nas áreas da linha bélico carece de estudo aprofundado, em função dos elementos individuais e coletivos analisados neste trabalho investigativo. Como medida experimental, a mulher, seguindo os preceitos legais da Lei de Ensino do Exército e da Lei de Ingresso nas Escolas de Formação do Exército, pode ser inserida no Quadro de Material Bélico e no Serviço de Intendência, com a finalidade de prestar o apoio logístico às ações de combate.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Estudo de Pessoal . **Portaria 100-DEP, de 20 de outubro de 2004- Normas para Avaliação Psicológica nos processos seletivos no âmbito do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em < <http://www.cep.ensino.eb.br/avaliacao-psicologica/avaliacao-psicologica>>. Acesso em 03 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Decreto Nº 3.182 de 23 de setembro de 1999. **Regulamento da Lei Ensino do Exército**. Ministério do Exército, 1999.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. **Estatuto dos Militares**. Brasil: Ministério da Defesa, 2012.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Lei Nº 9.789, de 8 de fevereiro de 1999. **Lei de Ensino do Exército**. Brasil: Ministério do Exército, 1999.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Lei Nº 12.705, de 8 de agosto de 2012. **Lei de requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército**. Brasil. Ministério da Defesa, 2012.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Lei de Pessoal do Ministério do Exército**. Leis Nº 6. 391, de 9 de dezembro de 1976. Brasil: Ministério do Exército, 1976.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro **Página Eletrônica do Exército Brasileiro**. Armas, Quadros e Serviços. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos>>. Acesso em: setembro de 2013.

BATTISTELLI, F. **As mulheres e o militar entre antigas dificuldades e novas potencialidades**. Disponível em: < [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1525/1/NeD088\\_Fabrizio\\_Battistelli.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1525/1/NeD088_Fabrizio_Battistelli.pdf) >. Acesso em: ago 2013.

D'ARAÚJO, M. C. **Mulheres e questões de gêneros nas Forças Armadas**. Disponível em: < <http://www.resdal.org/producciones-miembros/redes-03-daraujo.pdf> >. Acesso em: agosto de 2013.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

JUNIOR, R. C. P. **Conflitos Bélicos**. Disponível em: <<http://www.library.com.br/Filosofia/conflito.htm>>. Acesso em: agosto de 2013.

MELLO, A. C. R. **As Mulheres na Segunda Guerra Mundial: Uma breve análise sobre as Combatentes Soviéticas**. Disponível em:< <https://www.unifa.aer.mil.br/seminariohistoria/daaviacao/resumos.docx> >. Acesso em maio de 2013.

MOREIRA, J. P. A. **Antropologia dos militares**. Disponível em:< <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=resenha/antropologia-dos-militares>>. Acesso em: ago 2013.

PASCAL, M. A. M. **As mulheres e a Guerra do Paraguai**. Disponível em:<[http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes\\_-\\_artigos/pascal\\_11.0.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes_-_artigos/pascal_11.0.pdf)>. Acesso em : agosto de 2013.

PASTORE, K. e NEIVA, P. **A medicina revela a mulher de verdade**. Disponível em: < [http://veja.abril.com.br/070307/p\\_078.shtml](http://veja.abril.com.br/070307/p_078.shtml) >. Acesso em: maio de 2013.

QUÉTEL, C. **As Mulheres na Guerra 1939-1945**. 1. Ed. Larousse, 2006. 239p

RICHARDSON, R. J. et alii. **Pesquisa social – método e técnica**. São Paulo: Atlas, 1985.

SANCHES, G. O. **Proteção internacional da mulher, o discrimen necessário: a equidade de gênero como força-tarefa das Nações Unidas**. Disponível em:< [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11592](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11592) > . Acesso em: junho de 2013.

SCHAFFEL, Sarita Léa. **PADECEME**, informativo 1/2000, pg 14-20.

SETTI, R. **Mulheres Combatentes**. Disponível em:< <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/mulheres-combatentes/> >. Acesso em: março de 2013.

SOARES, J. A. **A mulher e as Forças Armadas**. Igualdade de Oportunidades na Profissão Castrense. Disponível em:< [http://www.aph.pt/ex\\_assPropFeminina14.php](http://www.aph.pt/ex_assPropFeminina14.php)>. Acesso em: ago 2013.

TYLER, Ralph W. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VILLANUEVA, Concepcion Fernandez apud D'Eugenio M.H. **A participação das mulheres nas guerras e a violência política**. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/pssviol/investigacion/archivospdf/participacao.pdf>. Acesso em : Set 2013.

WIKIPEDIA. **Antropologia**. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Antropologia>>. Acesso